

*Investigação Φ Filosófica*: vol. 2, n. 2, artigo digital 3, 2011.

## O PARADOXO DE MOORE

Ana Falcato

IFL – Universidade Nova Lisboa

**Resumo:** O famigerado Paradoxo de Moore foi frequentemente interpretado na tradição analítica como um tópico mais das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein ou como um pseudo-argumento, cujo fito fosse provar a irracionalidade contida em afirmações em primeira-pessoa que contradizem estados de coisas actuais. Neste artigo defendo a construção de um argumento a partir da Frase de Moore e apresento quatro modelos de interpretação do Paradoxo: a *afirmação* da Frase de Moore como uma forma de irracionalidade teórica ou de irracionalidade prática e o *mero juízo* da Frase de Moore enquanto forma de irracionalidade teórica ou prática. Para sustentar qualquer um dos modelos de interpretação, defendo, uma noção forte de asserção é requerida.

**Palavras-chave:** Frase de Moore. Paradoxo de Moore. Afirmação em Primeira-pessoa. Juízo em Primeira-pessoa. Absurdidade.

**Abstract:** The so-called “Moore’s Paradox” has been sometimes misconstrued as a topic more of Wittgenstein’s *Philosophical Investigations*, sometimes as a pseudo-argument that aims to prove the irrationality enclosed in first-person statements of belief contradicting current states of affairs. In the present paper, I argue both for the construal of an argument out of Moore’s sentence and present four models to approach the paradox: the assertion of Moore’s sentence as a form of theoretical irrationality or practical irrationality and the bare judgment of the sentence as theoretical or practical irrationality. As a means of supporting each

approach a strong notion of assertion will be required.

**Keywords:** Moore's sentence. Moore's Paradox. First Person assertion. First Person judgment. Absurdity.

## Introdução

Neste artigo será apresentado e discutido um argumento exposto por G.E.Moore pela primeira vez em 1944 numa sessão do Clube de Ciências Morais de Cambridge. Wittgenstein estava presente nessa sessão e é a partir das suas reflexões e discussões sobre o argumento aí apresentado por Moore que, na literatura subsequente, este passa a ser identificado como o *Paradoxo de Moore* [vide: *Investigações Filosóficas*, II Parte, secção X].

O Paradoxo é analisado a partir do sem-sentido encerrado em elocuições de frases como: "O João abandonou a sala mas eu não acredito nisso" (ou, no exemplo mais debatido: "Chove e eu não acredito que chove"). Se reduzirmos estes exemplos a uma fórmula proposicional "p", que represente o conteúdo de "Chove", obteremos a fórmula complexa: "p e eu não acredito que p". Esta é a chamada *versão omissiva* do Paradoxo de Moore. Uma outra versão discutida paralelamente é a *versão comissiva*, que faculta, no respectivo conteúdo proposicional, a afirmação de uma crença com conteúdo negativo. A versão comissiva tem a seguinte forma: "p e eu acredito que não-p".

A presente exposição discute simultaneamente o absurdo patenteado por qualquer das duas versões do Paradoxo de Moore e a ausência de contradição lógica da própria formulação. Também será apresentada a assimetria entre asserções em primeira e em terceira pessoas, explorada por Wittgenstein nos seus escritos sobre o paradoxo.

A discussão dos aspectos de irracionalidade presentes em várias sub-formulações das duas versões do paradoxo será suportada por uma *teoria da pressuposição*, segundo a qual, dada uma elocução assertiva de uma frase de crença, o respectivo falante pressupõe a verdade

do conteúdo proposicional a que a atitude se prefixa.

### **Definição de paradoxo: como o argumento de Moore corresponde à definição**

A primeira etapa da exposição crítica de um argumento que, como o de Moore, se analisa como paradoxal, deve explicitar de que forma o argumento instancia uma definição de *paradoxo*. Autores como Sainsbury (Sainsbury, 1995) ou Roy Sorensen (Sorensen, 2003) definem *paradoxo* como uma conclusão aparentemente inaceitável (nos termos de Moore, “absurda”), derivada de um conjunto de inferências aparentemente válidas, aplicadas a um conjunto aparentemente consistente de premissas. Ou seja, esta definição aplica-se a argumentos com uma consistência formal e uma estrutura dedutiva não questionáveis, malgrado o resultado paradoxal das respectivas conclusões.

A análise de um argumento paradoxal, que visa explorar o aspecto problemático da respectiva conclusão, pode centrar-se na implausibilidade do esquema dedutivo que estrutura o argumento ou na detecção da falsidade de uma das suas premissas (uma vez que o conjunto de todas elas pode ser consistente e uma ser claramente falsa, o que contribuiria para o carácter paradoxal da fórmula argumentativa).

Ao longo da seguinte apresentação da frase de Moore e da exploração do seu carácter absurdo, constataremos que nenhuma das duas versões mais discutidas do “paradoxo” tem propriamente a forma de um argumento: são as interpretações dos aspectos paradoxais da frase que lhe “emprestam” uma forma argumentativa, para justificar o carácter absurdo de asseverar ou julgar verdadeiras conjunções proferidas na primeira pessoa, com a forma *p e eu não acredito que p* ou *p e eu acredito que não-p*.

Na exposição de 1944, Moore insiste que uma frase como:

(A) Ainda que eu não acredite que está a chover, de facto, está a chover

não encerra, em si mesma, nenhuma contradição. Para descartar a hipótese de que frases

como (A) sejam contraditórias, Moore encontra dois tipos de contra-exemplos em frases com a mesma forma lógica de (A), mas nas quais o carácter absurdo de (A) desaparece.

Em versões de (A) na *terceira pessoa do singular* ou com *uma conjugação pretérita dos verbos*, o carácter absurdo que caracteriza uma elocução de (A) desaparece. Não há nenhum problema com frases como: “Ainda que Moore não acredite que está a chover, está, de facto, a chover” ou “Eu não acreditava que estivesse a chover e, de facto, estava a chover”.

Como a frase (A) contém uma expressão de atitude proposicional, Moore defende que o conteúdo semântico de (A) tem de ser analisado em termos da atitude do falante<sup>1</sup>. Frases de crença como:

(B) Eu não acredito que *p*,

cujo significado numa língua como o Português é explicado em termos da relação de um falante que profira (B) com o conteúdo proposicional de qualquer pensamento abreviado pela letra *p*, só podem ser verdadeiras na condição de que o conjunto de crenças do falante que profere (B) não inclua [a crença em] *p*.

As propostas de análise da frase de Moore que pretendem justificar o seu carácter paradoxal são construídas a partir da detecção das diferenças de conteúdo proposicional e de condições de verdade entre duas elocuções de (1) e (1’):

(1). *Eu acredito* que está a chover.

(1’). Está a chover.

Se um mesmo falante F1 proferir ambas as frases, só para a verdade de (1) é que o conteúdo

---

1

«The words “I don’t believe it’s raining”, when said by a particular person have a definite meaning: we can say that what they mean is something about his state of mind – what they mean can’t be true unless his state of mind is one which can be properly described by saying he doesn’t believe that; and also with “as a matter of fact it is raining”». [Moore, 1993:210]

das suas crenças – ou, como diz Moore, o seu “estado mental” – será relevante. Uma elocução de (1') não faria mais do que reportar um determinado facto extra-linguístico e, por isso, seria verdadeira apenas no caso de, no tempo *t* em que F1 profere (1') estar, de facto, a chover no local *l* (o local em que F1 se encontra em *t*) e falsa se no tempo *t* não estiver a chover em *l*.

Mas, conforme veremos na análise subsequente das versões omissiva e comissiva da frase de Moore – e sendo esse o princípio explicativo que confere à *frase de Moore* o estatuto de um *paradoxo*, pela definição anterior –, dado um conjunto de regras que asseguram a consistência entre as crenças de F1 e a sua racionalidade judicativa, uma elocução séria de (1') compromete F1 com a crença em (1).

*Mutatis mutandis*, Moore justifica este compromisso como uma “implicação” (no sentido de consequência lógica) de que, se F1 profere (1), então é porque atribui verdade ao conteúdo de (1'), mesmo se a última não é explicitamente proferida. A verdade da elocução de F1 fica comprometida com a crença do falante na verdade de (1').

O carácter absurdo de frases como (A) sobrevém-lhes numa utilização assertiva, na primeira pessoa e no presente do indicativo. O que torna (A) num paradoxo é que o absurdo que decorre da sua utilização assertiva não pode ser explicado em termos de uma contradição lógica entre os dois membros da conjunção em (A) – ou seja, que não exista incompatibilidade lógica entre os dois segmentos da conjunção: “Está a chover” e “Eu não acredito que está a chover” [p e eu não acredito que p].

Assim, a conclusão de que utilizar assertivamente (A) é absurdo (“uma conclusão aparentemente inaceitável”) segue-se de uma *não-contradição* entre os membros da conjunção em (A). Quer dizer, uma afirmação conjunta de ((1') e não-(1)) podem fazer-se sem incorrer em contradição nem sequer em inconsistência, uma vez que, prescindindo da tese da implicação de Moore, (1) e (1') podiam ser verdadeiras conjuntamente (“um conjunto de inferências aparentemente válidas, aplicadas a um conjunto aparentemente consistente de premissas”). É esta a razão por que a frase de Moore se adequa à definição de Paradoxo de que se partiu.

### **Crenças contraditórias e afirmações contraditórias**

Aquilo que a frase de Moore, em qualquer das duas versões, evidencia, é a diferença entre a forma lógica da conjunção, por um lado, e o respectivo conteúdo cognitivo, por outro. A primeira coisa para que Moore chama a atenção é que apenas a verdade de (1) depende do conteúdo mental do falante. Ainda que este aspecto pareça trivial, veremos que é ele o eixo das principais discussões teóricas sobre o paradoxo, desde as *Investigações Filosóficas* até trabalhos muito recentes.

Em *Investigações Filosóficas* II, X, Wittgenstein defende que uma elocução da frase de Moore está muito próxima da auto-contradição. Se eu disser que *acreditava que p*, estarei a reportar uma crença pretérita e se alguém disser que eu acredito que p, estará a reportar a minha crença presente (ou a descrevê-la). Porém, se eu disser “eu acredito que p”, não estarei a descrever a minha crença, mas a *expressá-la* – há uma clara diferença de estatuto entre afirmações em primeira e terceira pessoa e entre *expressão* e *descrição* (de crenças, conteúdos mentais ou estados psicológicos). E o mesmo estarei a fazer com uma simples elocução de “p” (isto é, estarei a expressar o conteúdo de “p”). Ao proferir o conteúdo de “p” ou ao utilizar uma forma verbal em primeira pessoa, no presente do indicativo, com uma atitude proposicional (como “eu acredito que p”), posso estar a mentir ao meu interlocutor – mas não posso expressar uma crença falsa em primeira pessoa. [IF, II, X]

Num quadro teórico que aceite as *implicaturas conversacionais* de Grice, pode explicar-se que um indivíduo, em primeira pessoa, opte por dizer “Eu acredito que p”, ao invés de afirmar meramente “p”, para evidenciar hesitação ou dúvida.

Mas, como adverte Wittgenstein, salvaguardando esse aspecto de convenção conversacional sem eliminar a diferença de estatuto das afirmações em primeira pessoa relativamente às de terceira pessoa: “Não confundamos uma afirmação hesitante com uma afirmação de hesitação”.<sup>2</sup> [IF, II X]

Assinalada a diferença, em termos de força ilocutória, entre uma afirmação simples do conteúdo de “p” e uma outra antecedida da atitude proposicional de crença e dado o carácter *expressivo* das afirmações em primeira pessoa, podemos concluir que uma afirmação de *p e eu não acredito que p* (versão omissiva do paradoxo) expressa o mesmo conteúdo de *p mas talvez não-p*, que tem a forma não dissimulada de uma auto-contradição.

Aquilo que a análise wittgensteiniana da estrutura proposicional de uma frase de Moore consegue, uma vez determinado o contributo da atitude de crença e com base em exemplos de contraste, é marcar a diferença que existe entre dois tipos de elocução como “Eu acredito que p” e “Ele acredita que p”.

Eu posso descrever os conteúdos de crença de outrem com base na observação de comportamentos e na creditação das respectivas expressões de crença. A diferença de estatuto da primeira pessoa está em que eu não preciso de observar o meu comportamento ou fazer um exercício de introspecção antes de poder expressar as minhas crenças ou como forma de as legitimar.

A assimetria entre afirmações em primeira e em terceira pessoa não é, porém, compatível com uma explicação da atitude de crença em termos de “comportamentalismo lógico” [CL], isto é, com um modelo que defende que “acreditar que p” é simplesmente desenvolver um conjunto de comportamentos *como se p* (fosse o caso).

Se esta explicação comportamentalista fosse correcta, então alguém que fizesse uma afirmação em primeira pessoa de “eu acredito que p”, estaria a reportar a própria disposição comportamental (algo que é dedutível da explicação anterior, dado que afirmar que p é mais determinante do que simplesmente acreditar que p ou julgar que p é verdade).

Uma explicação do absurdo da frase de Moore que subscrevesse a tese do [CL] teria de explicar a sua implausibilidade pela observação concomitante de dois tipos de comportamento antagónicos num mesmo indivíduo – uma experiência de concepção demasiado bizarra! –, uma vez que, pela afirmação de uma frase como “p e eu não acredito que p”, e tendo como modelo explicativo a tese do [CL], só se poderia explicar o absurdo do seu

conteúdo com o suporte de uma experiência de observação de dois tipos de *comportamento contraditórios mas simultâneos, num mesmo indivíduo*, como se acreditasse que  $p$  e como se não acreditasse que  $p$ .

O que torna a frase de Moore absurda é o uso assertivo na primeira pessoa de qualquer uma das suas duas formulações. Por seu turno, o que é paradoxal é que o conteúdo proposicional da frase, em si mesmo, não encerra nenhuma contradição – com efeito, a frase não é uma instância da fórmula  $(p \wedge \neg p)$ , o exemplo de fórmula proposicional contraditória mais próximo da frase de Moore.

O conteúdo da atitude proposicional *Eu acredito que  $p$*  não é dedutível nem de  $p$  nem de *Eu afirmo que  $p$* . Porém, o reforço que Moore dá ao carácter paradoxal da utilização assertiva de (A), passa por defender que, quando um falante usa assertivamente uma frase no presente do indicativo em modo declarativo, acredita naquilo que assevera.

Na versão omissiva da frase de Moore, pelo princípio **[P1]** – que desenvolve a intuição de Moore acima mencionada – se  $S$  afirma “ $p$ ”, então  $S$  implica a atitude “eu acredito que  $p$ ” (Moore, 1993). Se, com o segundo membro da conjunção afirmada em (A),  $S$  também afirma “eu não acredito que  $p$ ”, então aquilo que  $S$  implica contradiz aquilo que  $S$  afirma na segunda parte da conjunção.

Na versão comissiva da frase de Moore, **[P1]** não justificaria o carácter absurdo da respectiva afirmação. A versão comissiva tem a forma  *$p$  e eu acredito que não- $p$* .

Se, na versão comissiva e por causa de **[P1]**, ao afirmar que  $p$ , o falante implicitasse *eu acredito que  $p$* , com o segundo membro da conjunção não implicaria e afirmaria uma contradição, mas apenas uma *inconsistência de crenças* a respeito de “ $p$ ”.

Para explicar o absurdo resultante da versão comissiva do “paradoxo”, Moore usa um segundo princípio explicativo **[P2]**, de acordo com o qual se um falante  $F$  afirma que  $p$ , então  $F$  assume que não acredita que não- $p$ . Ora, com a afirmação do segundo membro da conjunção em  *$p$  e eu acredito que não- $p$* , aquilo que é afirmado (“eu acredito que não- $p$ ”) contradiz o que é assumido, dado **[P2]**.

Moore foi pouco económico na explicação do absurdo que resulta de afirmar cada uma



das versões das suas frases. Nem **[P1]** nem **[P2]**, cada um tomado isoladamente, permitem explicar o absurdo resultante da versão do paradoxo alternativa à que cada um dos princípios se propõe bloquear. **[P2]** não justifica o absurdo da versão omissiva, porque com a aplicação de **[P2]** a uma elocução de *p e eu não acredito que p*, F implícita e depois afirma que *nem acredita que não-p nem acredita que p*, o que não representa nem uma auto-contradição nem uma indecidibilidade de crenças a respeito de “p”, mas uma recusa de julgar o valor de verdade de “p”.

Para reparar esta falha de economia na explicação do absurdo das duas versões do paradoxo, Moore poderia escolher entre aplicar **[P1]** também à versão comissiva ou – com menos economia de meios – explicar a versão omissiva e comissiva, respectivamente, por **[P1]** e **[P2]**, como foi dito. Na primeira hipótese, ao afirmar *p*, eu implícito acreditar que *p*. Se depois afirmo que acredito que *não-p*, o que afirmo não contradiz o que foi implícitado. Ao invés de uma auto-contradição, na versão comissiva F implícita-e-depois-afirma uma indecidibilidade de crenças<sup>3</sup> a respeito de *p*. Conforme seja baseada em **[P1]** ou **[P2]**, a explicação do absurdo da versão comissiva do paradoxo é conceptualmente diferente.

Escolhendo a segunda hipótese (aplicar **[P1]** à versão omissiva e **[P2]** à versão comissiva), qualquer afirmação, em primeira pessoa, das duas versões do paradoxo levaria F a incorrer em *auto-contradição entre aquilo que afirma e aquilo que implícita* (por **[P1]** para a omissiva, *eu acredito e não acredito que p*; por **[P2]** para a comissiva, *eu acredito e não acredito que não-p*). Com os dois princípios, a explicação do absurdo nas duas versões do paradoxo tem

---

3

Por exemplo, se numa frase sobre o futuro – sobre a probabilidade de um determinado evento ocorrer ou não no futuro – eu afirmar (ou implicitar e afirmar) que tanto acredito que o evento pode ocorrer como acredito que o evento pode não ocorrer, não me estarei a auto-contradizer, mas apenas a manifestar a minha indecidibilidade entre uma crença positiva e uma crença negativa sobre o mesmo evento (ou, no máximo, a implicitar que existe um índice de probabilidade igual para as duas alternativas). Ao contrário do Argumento da Batalha Naval, inventado por Aristóteles para defender a indecidibilidade do valor de verdade de frases sobre o futuro – mesmo sem a complexificação introduzida pelas atitudes proposicionais –, a pura contradição lógica entre frases de crença é muito mais difícil de detectar, por falta de critérios estritos de formalização ou da legitimidade de um padrão para definir *contradição* como, por exemplo, “a afirmação conjunta de uma frase e da sua negação”.

um resultado conceptualmente equivalente.

As reconstituições de uma ou das duas versões do paradoxo, a fim de se explicar o absurdo que cada uma encerra, terão de optar por uma economia do *explanandum* ou uma economia do *explanans*.

### **Diferentes tipos de irracionalidade numa asserção da frase de Moore**

Uma questão determinante quando se analisa a frase de Moore nas duas versões e se oferecem propostas explicativas para o absurdo da respectiva afirmação é a de saber em que tipo de irracionalidade incorre quem afirma ou julga verdadeira uma frase com a forma de (A). Moore atribui o absurdo de uma elocução de (A) a uma auto-contradição do falante. Como esta auto-contradição é entre aquilo que o falante afirma (e o que implica acreditar através do que afirma) e aquilo em que afirma acreditar, esta explicação do absurdo de (A) imputa uma falha de racionalidade teórica ao falante ou sujeito judicativo.

Os critérios normativos para preservar a racionalidade num domínio de elocuições de um falante incluem restrições na formação de crenças baseadas em evidência extra ou intra-linguística insuficiente e em inferências dedutivamente inválidas ou indutivamente fracas. Falhas substanciais de racionalidade podem degenerar em absurdos (de tipo linguístico ou judicativo) como o da frase de Moore.

Moore distingue o absurdo contido em qualquer das versões da sua frase de uma contradição lógica, em sentido estrito – ou seja, de uma fórmula que conjuga uma frase e a sua negação – ou de uma falsidade lógica, isto é, uma frase que não pode ser verdadeira em nenhuma interpretação.

Como já vimos, uma análise *standard* da frase de Moore, nas suas duas versões – recorrendo aos princípios [P1] e [P2] –, explica o carácter absurdo das duas formulações como uma auto-contradição nas crenças de F a respeito de p ou como uma indecidibilidade na crença de F a respeito de p (consoante o princípio de economia na utilização de [P1] e [P2] para explicar as duas versões do paradoxo). Por outro lado, quer a contradição quer a

indecidibilidade num subconjunto das crenças de F, que explicariam o absurdo das duas versões do paradoxo, poderiam ser removidas – através de regras de preservação da racionalidade nas inferências encerradas numa elocução – com base num mínimo de reflexão por parte de F.

Um outro lastro de interpretações do Paradoxo de Moore defende que o tipo de racionalidade que a frase de Moore viola é prático (portanto, através de uma afirmação da frase de Moore, F incorreria em *irracionalidade prática*).

A racionalidade prática diz respeito à acção prudente. No conjunto de princípios normativos que regem a acção prudente podemos encontrar a prescrição de optar, dado um grupo de acções possíveis, por aquela que se adequa mais às expectativas e desejos do agente, de acordo com a forma como este acredita que o mundo é. Uma outra norma prescreve que o agente escolha aquela acção que maximize os seus próprios ganhos de acordo com máximas de utilidade subjectiva.

Ainda que pareça mais intuitivo explicar o absurdo da frase de Moore em termos de irracionalidade *teórica*, há autores – como Max Black, D. Rosenthal e o próprio Wittgenstein – que exploraram aspectos da irracionalidade prática em que F incorre, ao proferir qualquer uma das versões da frase de Moore.

As explicações do Paradoxo de Moore em termos de irracionalidade prática baseiam-se na desvantagem para o agente – mesmo que seja um “agente discursivo” ou judicativo – que, ao proferir a frase de Moore, não maximiza a utilidade esperada se, ao nível das interlocuções, expõe uma parcela das suas crenças e um conjunto de afirmações em primeira pessoa a deduções de inconsistência ou auto-contradição, retirando ao agente condições de equidade na argumentação, relativamente a outros interlocutores.

Diferentes explicações para o absurdo de uma frase de Moore podem destacar falhas de racionalidade teórica ou prática numa elocução da frase, organizando a argumentação em função de algum destes esquemas explicativos:

I. A elocução da frase de Moore como irracionalidade teórica;

II. A consideração judicativa da frase de Moore como irracionalidade teórica;

III. A elocução da frase de Moore como irracionalidade prática;

IV. A consideração judicativa da frase de Moore como irracionalidade prática.

Há análises do absurdo da frase de Moore que cobrem mais do que um tópico dos supra-mencionados. As propostas explicativas que se concentram na irracionalidade da atitude proposicional de crença, expressa no segundo membro da conjunção de cada uma das versões da frase de Moore, aceitam o princípio de que a crença - tal como a afirmação - é distribuível pela conjunção e que alguém que afirme acreditar numa conjunção ( $p \wedge q$ ), assume acreditar que  $p$  e acreditar que  $q$ .

As interpretações do absurdo da frase de Moore – quer seja considerado como uma forma de irracionalidade teórica ou prática – assumem um princípio teórico para as frases de crença, enunciado por Wolgast e Shoemaker (1977):

### **Princípio de Shoemaker (PS)**

Aquilo que pode ser coerentemente acreditado determina o que pode ser coerentemente asseverado, mas o inverso não é verdadeiro.

O que pode ser coerentemente acreditado determina o que pode ser coerentemente asseverado porque fazer uma asserção é, entre outras coisas, expressar ostensivamente uma crença. Se o conteúdo da asserção é incoerente, então também o acto de asseverar o é.

Uma proposta explicativa do Paradoxo de Moore que aceite a correcção do **(PS)** pode, dedutivamente, ampliar a explicação da *irracionalidade da crença* na frase de Moore à respectiva *irracionalidade de asserção*, em qualquer das duas versões.

Uma vez identificados os quatro tipos de irracionalidade que podem servir de óbice à frase de Moore, exporemos quatro propostas explicativas do absurdo de Moore que instanciam, respectivamente, I., II., III. e IV.

### **A elocução da frase de Moore como irracionalidade teórica.**

Uma linha de autores de inspiração wittgensteiniana explica o absurdo da frase de Moore com a tese de que uma asserção de “Eu acredito que  $p$ ” tem o mesmo uso (e, portanto, o mesmo significado) que “ $\vdash p$ ” (i.e., “ $p$  é o caso”). A explicação para esta posição é simples, mas precisa de ser esclarecida. Não é que, da elocução em primeira pessoa de “Eu acredito que  $p$ ”, por  $F$ , seja dedutível a verdade de “ $p$ ” (porque  $F$  pode ter crenças falsas e “ $p$ ” pode ser uma delas); mas sim que, a partir da elocução assertiva de uma frase de crença, em primeira pessoa, por  $F$  – como “Eu acredito que  $p$ ” – podemos deduzir que  $F$  atribui verdade ao conteúdo de “ $p$ ”.

Com base neste pressuposto (e admitindo-o extensível a todas as frases que contenham atitudes proposicionais de crença), podemos concluir que o falante que afirma  $p$  e eu acredito que não- $p$  (a versão comissiva do paradoxo) acaba de atribuir verdade a  $p$  e não- $p$ , dando provas de uma irracionalidade teórica forte, ao sustentar uma contradição.

A força ilocutória que a expressão de crença aduz ao conteúdo da fórmula a que se prefixa é discutida por autores como Malcolm (1995)<sup>4</sup>, que alega que afirmar *Eu acredito que não- $p$*  é apenas (“just is”) afirmar *não- $p$* . Para outro autor, Heal (1994)<sup>5</sup>, afirmar *eu acredito que não- $p$*  é, de facto (“in effect”) afirmar *não- $p$* . Portanto, para estes autores, a versão comissiva do paradoxo – que é a única que exploram – consiste em ou requer duas asserções contraditórias, incorrendo o respectivo falante ou sujeito judicativo em irracionalidade teórica forte.

Esta interpretação de inspiração wittgensteiniana teria de ser confrontada com a versão omissiva do paradoxo. Uma elocução de “Eu não acredito que  $p$ ” não implica (nem no sentido “corrente” de que falava Moore nem em sentido estritamente lógico) uma asserção de *não- $p$* .

---

4

Malcolm, N. (1995): “Disentangling Moore’s Paradox”, in R.Egidi (Ed.), *Wittgenstein: Mind and Language*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 195-205.

5

Heal, J. (1994): “Moore’s Paradox: a Wittgensteinian Approach”. *Mind*, 103: 5-24.

Goldstein (1993) e um conjunto de autores que estudam as diferenças semânticas entre as formas assertivas da negação e a “denegação” ou “rejeição” [*denial*], alegam que um falante que afirme “eu não acredito que *p*”, rejeita (ou denega) *p*. Com esta interpretação para a denegação, a um falante que proferisse a versão omissiva do paradoxo deveria ser adscrito um *conflito de crenças*, analisável como “Eu aceito *p* e eu denego (rejeito) *p*”.

Que a denegação não nos expõe a um fenómeno de *contradição de crenças* (num falante que profira a versão omissiva do paradoxo, em que se pressupõe que, no primeiro membro da conjunção, faz *o oposto de denegar p*), é algo que podemos constatar com um exemplo. De alguém que afirme:

(E) Eu não acredito que o Pai Natal exista nem acredito que o Pai Natal não exista  
[Eu não acredito que *p* e não acredito que não-*p*],

Teríamos de concluir, com base no modelo de Goldstein para a denegação, que sustenta um conjunto contraditório de crenças, relativas a um predicado de segunda ordem como a *existência*, que não admitiria ambiguidades de atribuição e, por isso, afirmá-lo e negá-lo constituiria uma contradição. Para Goldstein, teríamos uma interpretação de (E) como segue:

(I) “Eu rejeito (ou denego) que o Pai Natal exista e rejeito (ou denego) que o Pai Natal não exista”.

Um falante que afirmasse ou pressupusesse (I) incorreria numa auto-contradição.

Porém, com a intuição de falantes competentes do Português de que dispomos, entendemos facilmente que a frase (E) não é uma conjunção de duas frases que se contradizem, mas uma indecidibilidade de crenças a respeito da existência do Pai Natal, ou melhor, uma recusa em participar num juízo ou em subscrever uma afirmação de crença positiva ou de crença negativa (*acredito que não-*p**) quanto à existência do Pai Natal. A frase (E) contém *duas denegações* e *uma negação afirmada - não-*p** – que é rejeitada pela segunda

denegação.

Em (E), os dois modelos de negação estão conjugados com a atitude proposicional de crença.

Esta conclusão, sustentada pelo contra-exemplo à tese de Goldstein que analisámos, confirma o que se disse no ponto anterior quanto à introdução de [P2] para explicar a versão omissiva da frase de Moore – isto é, que a versão omissiva do paradoxo, que incorpora uma atitude de denegação (e não de negação afirmada), conduz a uma *indecidibilidade de crenças* a respeito do conteúdo proposicional representado por “p” e não a uma auto-contradição.

### **A consideração judicativa da frase de Moore como irracionalidade teórica**

Baldwin (1990) defende que eu não poderia ser considerado um agente racional se acreditasse conscientemente numa frase de Moore, já que isso me forçaria a, no modelo omissivo, “acreditar que acredito e não acredito na mesma coisa” e, no modelo comissivo, a “acreditar que acredito e não sou capaz de acreditar na mesma coisa”. O raciocínio de Baldwin procederá da seguinte forma: na medida em que a minha crença na primeira parte da conjunção é consciente, então *eu acredito que acredito que p*, e na medida em que é consciente a minha crença na segunda parte da conjunção, então *eu acredito que não acredito que p* (na versão omissiva) e *eu acredito que acredito que não-p* (na versão comissiva).

O primeiro caso (omissivo) não será correctamente descrito como um em que eu “acredito que (acredito e não acredito na mesma coisa)”, porque esse seria um caso em que eu acreditasse que (eu acredito que p e eu não acredito que p). O modelo omissivo é, isso sim, um caso em que eu tenho crenças contraditórias de segunda ordem<sup>6</sup> a respeito de acreditar que p. Tão pouco é o segundo caso (comissivo) correctamente descrito como um em que eu “acredito que acredito e não sou capaz de acreditar na mesma coisa”, porque esse seria um caso em que

---

6

*Crenças de segunda ordem* seriam crenças auto-creditadas, expressas em primeira pessoa, a partir de crenças simples; ou seja, da crença consciente “Eu acredito que p” seguir-se-ia (num indivíduo racional e auto-consciente) “eu acredito que acredito que p”.

eu acreditasse que (eu acredito que  $p$  e eu acredito que não- $p$ ). O modelo comissivo do paradoxo de Moore é, sim, um caso em que as minhas crenças de segunda ordem apenas são fidedignamente representadas como crenças contraditórias a respeito de  $p$ .

Para derivar cada uma das crenças parciais num elemento da conjunção (para qualquer dos modelos), teremos de partir da regra da distributividade da crença pela própria conjunção. E essa regra é discutível. Vejamos porquê. Um indivíduo com um sistema de crenças organizado não tem de acreditar (na verdade, não é assim que o nosso sistema de crenças funciona) na conjunção de todas as suas crenças – da mesma maneira que um indivíduo que configura as suas crenças de determinada forma, não está racionalmente coagido a individuar toda e cada uma das respectivas crenças, para fins práticos e não de análise da estrutura das atitudes de crença.

Por outro lado, a explicação proposta pelo princípio de autoconsciência de cada uma das minhas crenças, sugerido por Baldwin, não explica totalmente o modelo comissivo do paradoxo. Ainda que, no modelo omissivo, um agente possa ser considerado irracional por acreditar numa auto-contradição (se o princípio de autoconsciência for verdadeiro) ou por sustentar crenças contraditórias (se o princípio não for verdadeiro), a consciência da distributividade das minhas crenças, no modelo comissivo, não me torna necessariamente num sujeito irracional, na medida em que a autoconsciência da própria irracionalidade pode funcionar como o primeiro movimento na demarcação da mesma.

Kriegel (2004), influenciado pelo modelo interpretativo de Baldwin, tem uma proposta ainda mais complexa, que parte de uma regra psicológica **R** definida por Franz Brentano:

**R:** Se eu acredito conscientemente que  $p$ , então eu acredito que ( $p$  e eu acredito que  $p$ ).

Por aplicação desta regra à *versão omissiva* do paradoxo, diz Kriegel, ficamos com a seguinte formulação:

**R1)** Eu acredito conscientemente que ( $p$  e eu não acredito que  $p$ ).



Por aplicação da *regra de segunda ordem para crenças*, dada pela minha autoconsciência quanto às mesmas (tal como é proposta pela tese de Brentano), podemos interpretar a versão omissiva do paradoxo como se segue:

**R2)** Eu acredito que ( ((p e eu acredito que p)) e eu acredito que ((eu não acredito que p) e eu acredito que acredito que (eu não acredito que p))) ).

Neste ponto, Kriegel apela para uma segunda regra, que conjuga a da autoconsciência da crença, proposta por **R**, com a *distributividade da crença pela conjunção*. A nova regra estipula que:

**R\***: Se eu acredito que (q e eu acredito que p), então eu acredito que (eu acredito que q e eu acredito que acredito que p).

A partir de **R2)** e de **R\***, Kriegel deduz **R3)** (distribuindo a atitude de crença pela conjunção que a versão omissiva do paradoxo representa):

**R3)** Eu acredito que (eu acredito que p) e eu acredito que (eu não acredito que p)<sup>7</sup>.

Neste ponto, Kriegel alega que a combinação das crenças de segunda ordem em **R3)** encerra uma contradição: (eu não acredito que p  $\square$  eu acredito que p). Então, conclui, se eu sustentar uma versão consciente do modelo omissivo do paradoxo de Moore, poder-me-á ser imputada uma crença auto-contraditória.

Porém, **R2)** tem a seguinte forma: “eu acredito que (q e eu acredito que acredito que

---

7

Esta é a única parte da análise de **R2** que nos interessa aqui, quando estamos a aplicar a **R2** a regra **R\***, que combina a regra para as crenças de segunda ordem com a regra da distributividade da crença pela conjunção.

q)”, em que *q* é *p* e eu não acredito que *p*. Se assim for, tudo aquilo que **R\*** parece implicar é:

**R4:** Eu acredito que (acredito que (*p* e eu não acredito que *p*) e eu acredito que (acredito que *p* e eu acredito que não acredito que *p*)).

A estratégia de Kriegel, para extrair **R3** de **R2** e de **R\***, parece ser a de aplicar **R\*** aos primeiros membros das conjunções de crenças em **R2**), isto é:

**R5:** Eu acredito que (*p* e eu não acredito que *p*),

E depois aplicar a **R5** o princípio da distributividade de crenças, para obter **R4**. Mas **R\*** não parece poder aplicar-se a **R5** porque **R5** não tem a forma *eu acredito que (q e eu acredito que p)*.

A análise que Kriegel propõe para a *versão comissiva* do paradoxo parece inconsistente. Kriegel observa que a Regra de Brentano (**R**) e

**R6:** Eu acredito conscientemente que (*p* e eu acredito que não-*p*),

Implicam **R7**:

**R7:** Eu acredito que ( (*p* e eu acredito que *p*) e eu acredito que (não-*p* e eu acredito que acredito que não-*p*)).

Conjugando **R7** com **R\***, *supostamente* obteríamos:

**R8:** Eu acredito que (acredito que *p* e *acredito que acredito que p*) e eu acredito que (acredito que não-*p* e *acredito que acredito que acredito que não-p*).

Então, um agente que sustente conscientemente o modelo comissivo do paradoxo *acredita que sustenta crenças contraditórias*. Mas o que pode ser extraído, por **R** e **R\*** à versão comissiva do paradoxo é:

**R9**: Eu acredito que (acredito que p e eu acredito que acredito que não-p).

Se agora voltarmos a aplicar o princípio da distributividade de crenças a **R9**, o que vamos obter é:

**R10**: Eu acredito que acredito que p e eu acredito que acredito que acredito que não-p.

Este resultado ainda veicula uma *auto-contradição de crenças* que, com a aplicação da Regra de Brentano, se representa por uma auto-consciência daquela. A crença auto-contraditória torna-se visível pela distributividade da crença pela conjunção, o que patenteia o conteúdo de crenças de segunda ordem.

Porém, para que as normas que regulamentam o conteúdo das crenças de segunda ordem sejam válidas, teremos que legitimar um princípio mais geral, a saber: *se o conteúdo do que eu acredito implica tal-e-tal, então tal-e-tal é parte do conteúdo do que eu acredito*. E para este princípio, facilmente encontramos contra-exemplos. Eu posso acreditar conscientemente e afirmar que A é maior do que B e que B é maior do que C, sem estar concomitantemente *consciente* de que A é maior do que C. Isto pode verificar-se porque as regras que governam o sistema de crenças de um indivíduo não têm correspondência estrita com as propriedades das leis e relações lógicas fundamentais (neste exemplo, a propriedade de *transitividade* entre relações).

Uma via de resposta ao paradoxo que, sem abdicar da Regra de Brentano, analise minuciosamente as consequências lógicas da autoconsciência das crenças deve, em qualquer caso, raciocinar dedutivamente a partir de **R** e da regra de que *a crença tem distributividade pela conjunção*.

Vejamos o *modelo omissivo*. Para a primeira conjunção de **R2** ser verdadeira, então (e uma vez que a crença distribui pela conjunção), “eu acredito que p” tem de ser verdadeira. Mas, para a conjunção toda ser verdadeira, “eu não acredito que p”, no segundo membro da conjunção, também ter de ser verdadeira. Então, **R2** descreve uma auto-contradição de crenças (e uma falsidade lógica, em sentido estrito, porque a conjunção total sempre será falsa, em qualquer interpretação).

Vejamos o *modelo comissivo*. Para que toda a conjunção de **R7** seja verdadeira, então “eu acredito que não-p” (no segundo membro da distributividade da crença pela conjunção) tem de ser verdadeira. Mas, para que tal se verifique, também o primeiro nível de autoconsciência da crença na proposição expressa por “p”, isto é, “eu acredito que p” terá que ser verdadeiro. Se eu, conscientemente, afirmo ou julgo verdadeiro o modelo comissivo do paradoxo, então professo (conscientemente) um par de crenças contraditórias a respeito de “p”.

Para o modelo omissivo ou para o comissivo, esta densa interpretação do paradoxo, que parte de uma regra psicológica de autoconsciência de crenças e das contradições que a partir dessa regra se podem extrair da frase de Moore, prova que quem assevera ou julga verdadeira qualquer das versões do paradoxo incorre em grave irracionalidade teórica.

### **A elocução da frase de Moore como irracionalidade prática**

No ponto 3. foram enumerados alguns princípios de racionalidade prática que sumarizam a acção prudente. O absurdo da frase de Moore pode ser interpretado como uma corrupção desses princípios e, portanto, identificado com um exemplo de irracionalidade prática.

As teses de Rosenthal sobre a irracionalidade prática de uma elocução da frase de Moore apoiam-se no Princípio de Shoemaker e num critério de pragmática discursiva, que Kripke<sup>8</sup> defende que o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* introduziu para substituir o

8

Kripke, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Oxford, Blackwell Publishers,

modelo vero-condicional do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Kripke fala de “condições de asseverabilidade”, ou seja, das condições que legitimam a asserção de uma frase - por oposição às condições que tornam uma frase verdadeira.

Rosenthal (1995) defende que o acto de fala que me permite afirmar que “p” tem as mesmas condições de asseverabilidade que aquele que me permite afirmar “Eu penso que p”; ou seja, as situações de conversação em que eu posso afirmar o conteúdo de “p” são as mesmas que justificam antepor ao conteúdo de “p” a atitude “Eu penso que” e afirmar o resultado; o converso também seria válido. Portanto, se  $p$  tem um conjunto  $[C1]$  de condições de asseverabilidade,  $\text{não-}p$  terá um conjunto  $[C2]$  que nunca intersecta  $[C1]$ . Esquemáticamente:  $[C1] \cap [C2] = \{ \}$ .

A partir desta simetria entre as condições de asseverabilidade de “p” e de “eu penso que p”, Rosenthal alarga essa norma à atitude de crença (eu acredito que p); portanto, em todas as condições em que “p” for asseverável para um falante F, “eu acredito que p” também o será – e essas condições nunca serão intersectadas pelas que legitimam F a asseverar “eu não acredito que p”  $[C3]$ .

Pela reflexividade da regra das Condições de Asseverabilidade para frases com as atitudes proposicionais já identificadas e para as fórmulas proposicionais simples, nas condições em que “eu acredito que p” for asseverável, “p” sê-lo-á também e, portanto, “não-p” (cujas Condições de Asseverabilidade nunca intersectam as das fórmulas anteriores) não será asseverável nessas mesmas condições.

Se aceitarmos a regra de que a asserção é distribuível pela conjunção, qualquer asserção da versão omissiva da frase de Moore viola a fórmula derivada do raciocínio acima exposto para a atitude de crença, isto é:  $[C1] \cap [C3] = \{ \}$ .

Com a mesma regra explicativa da irracionalidade de asseverar a frase de Moore, chegaremos à versão comissiva do paradoxo, assumindo que “não-p” e “eu acredito que não-p” têm as mesmas condições de asseverabilidade e que, portanto, qualquer das duas fórmulas tem condições de asseverabilidade que nunca intersectam as de “p” ou “eu acredito que p”.

Como as condições de asseverabilidade são normas para a prática da asserção, uma elocução das versões omissiva ou comissiva da frase de Moore incorrerá numa *irracionalidade de tipo prático*: a análise de Rosenthal<sup>9</sup> explica o absurdo da afirmação de uma frase de Moore como irracionalidade de pragmática discursiva.

As regras que determinam as condições de asseverabilidade de uma frase ou fórmula parecem só decidir quando é que um falante tem *justificação suficiente* para fazer uma elocução determinada. Quer isso dizer que estas regras não exploram o contradomínio das condições positivas de asseverabilidade – não enunciam nem determinam o conjunto de actos de fala ou contextos de conversação em que a asserção justificada pelas condições positivas de asseverabilidade não se pode fazer. As mesmas regras tão pouco disponibilizam ao defensor deste modelo um conjunto de condições de não-asseverabilidade de frases ou fórmulas, que fortalecesse este método.

Porém, talvez devamos pensar que é porque o método é apenas normativo – e só enuncia normas positivas ou um tipo positivo de normas pragmáticas, que são as condições de asseverabilidade – é que esta análise de uma asserção da frase de Moore como irracionalidade prática se coaduna com os princípios que regem a acção prudente (adaptada às Condições de Asseverabilidade, como princípios que regem a “asserção prudente”), princípios esses que não visam determinar nenhuma acção ou conjunto de acções, mas são meros enunciados formais que descrevem procedimentos que visam maximizar a vantagem do agente ou evitar a irracionalidade prática.

### **A consideração judicativa da frase de Moore como irracionalidade prática**

Na análise de diferentes tipos de irracionalidade que podem explicar o absurdo da frase de Moore, os trabalhos mais recentes sobre o problema seguem a proposta de Sorensen (1988) de que se analise separadamente a irracionalidade demonstrada por *uma asserção da*

---

9

Rosenthal, D. (1995b): “Moore’s Paradox and Consciousness”, *Philosophical Perspectives*.

*frase de Moore e uma ponderação judicativa da veracidade do seu conteúdo* (diferença entre o absurdo da frase de Moore como conteúdo de elocução ou como conteúdo de pensamento).

J. Hintikka (1962) responde ao paradoxo alegando que, para um falante F que afirma uma frase de Moore ou tem que avaliar o seu conteúdo proposicional, é impossível acreditar no que está a afirmar ou a julgar. Hintikka organiza uma explicação do absurdo da frase de Moore em termos da inconsistência nas crenças de ordem superior de um agente.

As crenças de ordem superior (*high-order beliefs*) estão ligadas a um reconhecimento auto-consciente das próprias crenças, a partir das crenças (ou outras atitudes proposicionais) de “primeira ordem”. Por exemplo, um agente consciente e racional que afirme ou julgue verdadeira a frase “Eu acredito que *p*”, por este princípio, também *acredita que acredita que p*.

Hintikka parte do seguinte princípio de explicação para o absurdo da frase de Moore:

**[HP]** Numa afirmação em primeira pessoa, uma falha de obediência ao princípio: *se eu acredito que p, então também acredito que acredito que p*, deve ser tomada como impossível.

Hintikka defende ainda que se *eu* (ou seja, numa afirmação ou juízo em primeira pessoa) *acredito que (p e eu não acredito que p)*, então *eu acredito que p* (pela distributividade da crença pela conjunção) e também – por **[HP]** – *acredito que acredito que p* [1]. No entanto, justamente pela distributividade da crença pela conjunção, *eu acredito que não acredito que p* [2].

Extraíndo [1] e [2] da aplicação de **[HP]** à versão omissiva do paradoxo, teremos de atribuir ao falante F que profere a frase de Moore em primeira pessoa ou a julga verdadeira crenças contraditórias de ordem superior. Ou seja, F é induzido numa auto-contradição ao nível da *crença na sua crença em p* (violando assim a regra estipulada por **[HP]**).

O Princípio de Hintikka talvez não possa ser generalizado a lei psicológica, que determine a reflexividade e autoconsciência para todas as crenças de um agente, dado que uma crença minha, por exemplo, em “*p*”, poderá ser algo de que eu não sou totalmente

consciente e assim **[HP]** seria enfraquecido por um contra-exemplo. E essa suposta falha de auto-reconhecimento de uma crença minha não torna inconsistente todo o meu sistema de crenças.

Por seu turno, uma falha de autoconsciência de uma das minhas crenças também não indicia uma contradição no conjunto das mesmas, o que seria uma marca de irracionalidade teórica, mais do que prática.

A interpretação que Hintikka fornece para a *versão omissiva* do paradoxo de Moore, justificando o absurdo como uma auto-contradição em crenças de segunda ordem, pode ser parcialmente refutada por casos de auto-ilusão ou inconsciência de algumas crenças, mesmo num sujeito perfeitamente racional. Não parece, por exemplo, defensável como princípio psicológico que as crenças de um indivíduo sejam *dedutivamente fechadas* (isto é, que, se eu acredito que  $p$  implica  $q$ , e acredito que  $p$ ; então – forçosamente – eu acredito que  $q$ ). Um simples lapso de atenção ou desinteresse em deduzir as crenças que as minhas crenças conscientes implicam, invalida a generalização deste princípio a lei psicológica estrita.

Um agente pode fazer uma afirmação (sincera) de:

(L) Eu acredito que a Segunda Guerra Mundial já acabou,

Mesmo havendo motivos subjacentes – inclusive confirmados por factos da experiência, ou seja, por indagações quanto à autoconsciência dessa crença – que não autorizem uma afirmação de crença de segunda ordem na crença de primeira ordem. Um agente que profira (L) não está constrangido a aceitar conscientemente e inclusive a ter de proferir (L1), se solicitado, para contar como um agente racional, onde (L1) equivale a: *Eu acredito que acredito que a Segunda Guerra Mundial já acabou*, falhando assim a generalização de **[HP]**. Este esquema interpretativo do Paradoxo de Moore enquanto irracionalidade prática não oferece um modelo explicativo para a mesma na versão comissiva do Paradoxo.

## **Conclusão**



As várias vias de análise do *absurdo* encerrado, quer numa asserção em primeira pessoa da frase de Moore quer na respectiva consideração judicativa, imputam ao respectivo falante ou sujeito judicativo um núcleo de *incoerência*, a montante do qual poderemos encontrar disfunções na parcela do sistema cognitivo que organiza o respectivo conjunto de crenças.

No fundo, dadas as diferentes perspectivas em que uma frase de Moore pode ser analisada, o *traço comum* e mais geral que explica o absurdo da mesma, quando proferida ou considerada judicativamente, é a asserção de uma frase que representa uma contra-evidência efectiva (isto é, ao nível dos factos) a uma dada proposição que se constata pertencer ao sistema de crenças do falante ou sujeito judicativo.

Se, nos vários modelos de análise e diagnóstico do absurdo de uma frase de Moore expostos acima, debatemos a existência de *dois níveis básicos* para aferir a veracidade de um dado conteúdo proposicional (a saber: o *nível de constatação* de um determinado facto por um agente, expresso numa formulação proposicional correspondente e o distinto *nível de crença* do mesmo agente no mesmo facto), é justamente essa duplicidade de níveis – que se ramificam em sub-níveis, logo que a análise do conteúdo de uma frase de Moore se complexifica – que bloqueia a classificação de qualquer das versões da frase como uma “contradição”, mas legitima a classificação de qualquer das versões como “absurdo paradoxal”, bem como a adscrição de irracionalidade ao falante que as profira ou ao sujeito judicativo que as subscreva.

Mesmo a proposta de análise de Wittgenstein, parecendo demarcar-se deste modelo muito esquemático de justificação do absurdo das frases de Moore, incorpora-o de uma maneira transformada. Alegando que o falante que profira uma frase de Moore incorrerá numa forma de *auto-contradição*, dada a assimetria entre o ponto de vista da primeira e da terceira pessoa e a conotação *expressiva* das elocuições de crença em primeira pessoa, Wittgenstein parece prescindir dos dois níveis básicos supra-mencionados para aferir a veracidade de um conteúdo proposicional e fazer um novo diagnóstico do absurdo encerrado

numa frase de Moore. É como se, no quadro wittgensteiniano, tanto o nível constatativo como o nível de ponderação subjectiva articulado numa frase de crença em primeira pessoa fossem assimilados à tutela do falante ou sujeito judicativo, justificando o diagnóstico de “auto-contradição”.

Porém, não é esse raciocínio que legitima o esquema interpretativo proposto por Wittgenstein. Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein defende que um falante que profira uma frase com a forma “eu acredito que p”, não apenas não estará a descrever uma crença em primeira pessoa e sim a expressá-la, como é ilegítima qualquer forma de *comportamentalismo lógico* que pretendesse aferir a veracidade de tal elocução pela auto-observação dos comportamentos ou disposições comportamentais do falante ou por um exercício de introspecção. O “privilegio” da perspectiva da primeira pessoa é poder expressar uma crença, naquela fórmula proposicional, sem necessidade de um auto-exame do interior pelo falante. Bem assim, a expressão de uma crença em primeira pessoa que *renegue* ou *contradiga* “eu acredito que p” (respectivamente, na versão omissiva e comissiva do Paradoxo de Moore) dispensa introspecção ou auto-exame para ser legitimada.

O que Wittgenstein faz é reexaminar o *nível de crença* de um agente ou falante num dado conteúdo proposicional que relaciona a crença com um facto constatável, afirmando que, em primeira pessoa, a expressão de crença *tem a legitimidade de um facto* e, portanto, conjugada com uma renegação ou contradição da mesma crença ao *nível da constatação* (no primeiro segmento de uma frase de Moore) expõe o falante ou sujeito judicativo a uma auto-contradição.

Os dois níveis mantêm-se, só que o paradoxo é explicado a partir das prerrogativas do *nível de crença* em primeira pessoa.

## Referências

Green, M. and Williams, J.N. (Eds.). 2007. *Moore's Paradox: New Essays on Belief, Rationality, and the First Person*. Oxford: Oxford University Press.

- Heal, J. 1994. "Moore's Paradox: a Wittgensteinian Approach". *Mind*, 103: 5-24.
- Kripke, S. 1982 *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Oxford: Blackwell.
- Rosenthal, D. 1995. "Moore's Paradox and Consciousness". *Philosophical Perspectives*.
- Malcolm, N. 1995. "Disentangling Moore's Paradox". In R.Egidi (Ed.), *Wittgenstein: Mind and Language*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 195-205.
- Wittgenstein, L. 2003). *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell.